

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal do Commercio Class.: MS 86
Data 29/09/93 Pg.: _____

Usineiros tentam 190 impedir fiscalização

CAMPO GRANDE — Usineiros do Mato Grosso do Sul entraram com uma ação na Justiça pedindo a desativação da comissão que investiga o trabalho escravo nas carvoarias e destilarias de álcool do Estado. Na ação, enviada à 3ª Vara de Justiça Federal, em Campo Grande, os usineiros alegam que a comissão composta por 11 entidades privadas que defendem os trabalhadores e equipes da Delegacia Regional do Trabalho, INSS e Secretaria Estadual de Justiça, não têm autoridade para fiscalizar as empresas porque são particulares.

A ação se baseia na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada em 1943, que delega poderes apenas para o Ministério do Trabalho ou autoridades por ele credenciadas, para fiscalizar as empresas. Na mesma decisão, os usineiros, através do Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool do Mato Grosso do Sul, deram entrada com uma liminar pedindo a suspensão imediata do trabalho da comissão.

O juiz federal da 3ª Vara, Odilon de Oliveira, negou o pedido de liminar, justificando que o trabalho que vem sendo desenvolvido pela comissão não oferece riscos imediatos para as usinas de álcool.

Ele informou que deverá julgar a ação até o final do próximo mês, depois de ouvir as partes acusadas no documento dos empresários, no caso a União e o Estado.

Os usineiros acusam o delegado regional do Trabalho, Orlando Leite, de "promoção pessoal". Segundo eles, sempre que entrega aos industriais uma notificação sobre qualquer irregularidade, Orlando Leite o faz "diante da imprensa falada, escrita e televisada". Também apontam como o mais grave "o fato de que sendo essas visitas, feitas com muitas pessoas, acabam por oferecer perigo para a empresa. Quem pode assegurar que num momento qualquer, elemento mais exaltado e mais radical, crie uma situação para justificar sua extrema posição? Seria ingenuidade descartar a possibilidade de sabotagens".

O trabalho desenvolvido pela comissão tem resultado em uma série de sanções tanto para as destilarias de álcool, quanto para as carvoarias, a maioria das quais explora o trabalho escravo, principalmente de indígenas. No dia 16, deste mês, a Destilaria Brasilândia (Debrasa) foi multada pelo DRT em CR\$ 34 milhões por explorar o trabalho de índios ilegalmente.